

# Fênix Utópica

**A**s declarações do presidente do Bank of America, Samuel Armacost, durante sua estada no Brasil, acerca da dívida externa, açulou certos opositoristas inveterados, desses que se valem seja do que for, para atender a seus objetivos mesquinhos. O banqueiro americano enfatizou a necessidade de fixar-se uma estratégia de longo prazo, sem embargo dos ajustes bianuais, para o que seria conveniente mobilizar o apoio de alguns governos. A declaração foi interpretada como uma proposta alternativa às negociações recentemente concluídas, que seriam substituídas pelos entendimentos de governo a governo, o que nem de longe expressa o pensamento daquela personalidade, como aliás teve oportunidade de esclarecer.

Os acordos que as autoridades brasileiras firmaram com os bancos internacionais têm uma magnitude que não pode ser subestimada, cumprindo por isto mesmo mencioná-las expressamente. Envolvem mais de US\$ 28 bilhões, quase um terço do montante global da dívida, sendo US\$ 6,5 bilhões de dinheiro novo e refinanciamentos no total de US\$ 21,7 bilhões (renovação de linhas de crédito comercial; empréstimos interbancários e reestruturação da dívida de médio e longo prazos que vence em 1984). Nesse montante não se incluem os créditos do FMI (US\$ 1,6 bilhão), garantias de financiamentos de exportações asseguradas com agências de países industrializados (US\$ 2,5 bilhões) e os refinanciamentos de dívidas de governo a governo acertados com o Clube de Paris

(US\$ 3,8 bilhões). O conjunto da negociação, acrescida do saldo do intercâmbio comercial, fixado em US\$ 9 bilhões, assegura superávit do balanço de pagamentos de US\$ 4,3 bilhões, suficiente para fazer face aos encargos do início de 1985 e restauração das reservas. Por tudo isto é que se pode dizer que correspondeu a uma demonstração de competência de nossos negociadores. Estamos hoje numa situação invejável, bastando confrontá-la à dos países latino-americanos que não dependem de importações de petróleo, como México, Venezuela e Argentina.

As negociações não podem ser realizadas entre governos pela razão muito simples de que envolvem 800 organizações bancárias de diversos países, muitos com expressivas peculiaridades em sua legislação. E quanto ao apoio de alguns governos e de órgãos internacionais, o Brasil tem sabido reivindicá-lo tanto de parte da Reserva Federal (Banco Central) dos Estados Unidos como do Fundo Monetário Internacional. De sorte que a tentativa de ressuscitar a hipótese nada acrescenta ao debate.

Na verdade, o que precisa ser dito é que as dificuldades para a retomada do crescimento advêm da inflação. Esta é que tem provocado a erosão de todos os orçamentos, inviabilizando investimentos. Por isto mesmo esta é a prioridade maior, não passando de diversionismo o empenho de negar a validade do encaminhamento de nossa dívida com os banqueiros internacionais.